

AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÂNIA 2004-2014¹

Introdução

Na expectativa de contextualizar a Educação de Jovens e Adultos do município de Goiânia, identificando os problemas, desafios e avanços, propomos uma análise do Diagnóstico composto a partir dos dados fornecidos pelas instituições que desenvolveram a EJA em Goiânia, entre 2004 a 2013. Conforme o censo de 2010 os dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE², a cidade de Goiânia computava uma população de 1.302.001, sendo que 1.296.969 pessoas situavam-se no meio urbano e 4.926 no meio rural, tendo como atividades básicas o comércio e a prestação de serviços. Deste total da população temos 1.031.094 pessoas acima de 15 anos de idade, e de acordo com IBGE/2010, 28,5% dessa população não possui ensino fundamental completo e 19,4% possui ensino fundamental completo e ensino médio incompleto. A população estimada para 2014, segundo o IBGE é de 1.412.364 habitantes.

A exemplo do Brasil, Goiânia conta com a maioria da população entre jovens, adultos e idosos, contudo não é possível considerar que a educação destes sujeitos, enquanto direito à educação básica, está cumprida, em especial no modelo econômico e político brasileiro excludente, que contribuiu para que se chegasse ao século XXI com milhões de brasileiros sem escolarização básica no país e milhares em Goiânia. Os jovens, adultos e idosos fora da faixa etária obrigatória de 15 a 17 anos, conforme Emenda Constitucional nº 59, de 2009, compõem o quadro de analfabetismo absoluto, analfabetismo funcional e não conclusão da educação básica. E essa realidade demanda, por parte do Estado, oportunidades educacionais com qualidade social, coerentes com o público a que se destina, tomando currículos, metodologias interdisciplinares integradoras na organização e vivência de uma práxis pedagógica com compromisso ético-político e social.

Em Goiânia os direitos à Educação de Jovens e Adultos (EJA), pós-Constituição Federal de 1988, têm avançado, no entanto ainda não se constituiu como Política Pública de Estado. Os sujeitos desta modalidade ainda têm sido incluídos precária e marginalmente pelo Estado, de forma vulnerável, oscilante sem a continuidade e percentual necessários, nas fronteiras entre a responsabilidade pública e privada; e as políticas sociais compensatórias e a filantropia e não efetivamente como deveria ser, enquanto uma Política Pública de Estado (PPE) e não apenas de governo.

Mesmo com a inserção da EJA como modalidade da educação básica – na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, e no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica (Fundeb), em 2007, onde as matrículas dos alunos da EJA passaram a ser consideradas na redistribuição dos recursos no âmbito dos estados, mas contraditoriamente no fator de ponderação para definição do valor aluno/ano é a EJA o menor

¹ Texto produzido pela Comissão de Educação de Jovens e Adultos, composta pela equipe de sistematização: Maria Emilia de Castro Rodrigues – Fórum Goiano de EJA e UFG (coord.), Cláudia Borges Costa - SME Goiânia e Fórum Goiano de EJA, Maria Jacqueline Dias Alves – SME Goiânia; além dos integrantes: Esmeraldina Maria dos Santos - SME Goiânia, Marisa Claudino Costa Barbosa- DEF-AJA, Ramon Marcelino R. Jr. - IFG, Jackelyne de Souza Medrado - Sesi, Cecília Torres Borges - SME Goiânia, Vanira Victorino - Condir, Augusto César de Azevedo - Seduc, Rosemeire B. Santos Carvalho - Seduc; Orita de Souza Medrado - Seduc.

² Esse dado é uma elaboração realizada a partir dos microdados do Censo 2010, fornecidos pelo IBGE.

fator, que correspondia a 0,8 com a avaliação no processo; enquanto que a EJA, integrada à educação profissional, é de 1.2 –, resultante de uma luta histórica e das mobilizações da sociedade civil, todavia esta condição tem se demonstrado insuficiente para a efetivação do direito destes sujeitos à educação.

Demanda, Matrícula e Permanência na EJA

No âmbito do atendimento a Rede Municipal de Educação de Goiânia (RME) tem assegurado a continuidade e a diversificação dos programas, contudo o número do atendimento tem diminuído e a mobilização para que as metas do PME (2004) se concretizassem tem sido pequena. E ainda vale destacar que o acesso de jovens e adultos trabalhadores na escola pública, não assegura que os sujeitos atendidos permaneçam e concluam com êxito a aprendizagem, e a cultura da repetência, do fracasso escolar e a defasagem idade/série tem levado ao abandono da escola, em especial dos jovens, marcados por experiências escolares descontínuas e negativas. Outros que avançaram sem a respectiva aprendizagem do ensino regular, os quais têm se somado aos adultos e idosos que não tiveram acesso à escolarização e muitos deles procurado a EJA, em especial a partir do segundo segmento da modalidade, esta procura também não é sinônimo de êxito, pois muitas vezes a escola e os profissionais que nela atuam não estão preparados para desenvolver o trabalho que se faz necessário com os sujeitos jovens, adultos e idosos e sua diversidade de demandas e realidade social.

Embora a educação de jovens e adultos (EJA) deva ser compreendida numa perspectiva de educação ao longo da vida, no Brasil tem priorizado ações de escolarização formal para os adolescentes, jovens, adultos e idosos que não concluíram a educação básica ou sequer se alfabetizaram, em função das dificuldades históricas de acesso ou permanência na escola e conclusão com êxito. Nesse sentido torna-se relevante trabalhar a situação da alfabetização e sua continuidade em Goiânia.

A análise dos dados por nós levantados possibilitou-nos compor um quadro diagnóstico, apresentando os programas e ações desenvolvidos, bem como as observações e proposições a partir das metas que envolviam a alfabetização e sua continuidade. A saber:

- 9) Atender 50% dos 42.303 jovens e adultos não-alfabetizados, em cinco anos, e 100%, em dez anos, com programas adequados às suas especificidades.
- 10) Assegurar, a partir do programa nacional, que, em cinco anos, 50% e, em dez anos, 100% das escolas públicas de ensino fundamental e médio, localizadas em bairros caracterizados pela elevada taxa de analfabetismo e baixa escolaridade, ofereçam programas de alfabetização e de educação básica para jovens e adultos, de acordo com as diretrizes curriculares dos respectivos sistemas.
- 11) Ampliar parcerias para o aproveitamento dos espaços ociosos existentes na comunidade, bem como o efetivo aproveitamento do potencial de trabalho comunitário das entidades da sociedade civil, para a Educação de Jovens e Adultos. (GOIÂNIA, 2004)

Os dados revelam que, de 2002 a 2013, houve redução em números percentuais, de 3,58% para 2,44% na taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, indicando a existência de 42.303 pessoas analfabetas acima de 15 anos, em 2002, para 33.955 pessoas nessa situação, ao final do período. A queda no percentual deve-se ao aumento da população e um esforço de atendimento à demanda, pelo poder público municipal de Goiânia, em especial no período de 2004 a 2007, vindo num processo decrescente de lá para cá, decaindo o atendimento de 2.508 alunos em 2004 (Secretaria Municipal de Educação de Goiânia -SME), para 499 em 2013 (SME e Serviço Social da Indústria - Sesi), ainda que nos números reais este atendimento

devesse ter sido contínuo e sem queda, já que a meta era atender 100% da população analfabeta em 10 anos.

QUADRO 1 – RENDIMENTO ESCOLAR DOS PROGRAMAS DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, 2004-2013

ANO	Município de Goiânia				Sesi*			
	Matrícula	Evasão	Reprovado	Aprovados	Matrícula	Evasão	Reprovados	Aprovados
2004	2508	859	-	-	-	-	-	-
2005	2088	564	-	-	-	-	-	-
2006	2609	998	-	-	-	-	-	-
2007	1884	63	-	-	-	-	-	-
2008	904	-	-	480	-	-	-	-
2009	831	-	-	315	2620	117	117	1291
2010	556	-	-	186	1595	12	139	662
2011	339	-	-	91	395	1	54	70
2012	373	-	-	211	111	1	50	60
2013	405	-	-	-	94	21	40	33
Total	12497	2484	-	1283	4815	152	400	2116

Fonte: SME de Goiânia e Sesi.

Notas: As esferas estadual e federal não ofertaram alfabetização para a modalidade nesse período.

* Os dados do Sesi apresentam a informação em andamento nos respectivos anos: 2009 (1035); 2010 (785); 2011 (270).

Outro dado importante a analisar é que se trabalharmos apenas com as matrículas este atendimento no Município de Goiânia (pelas duas instituições que informaram os dados: SME e Sesi) perfaz um total de 17.312 matrículas ao longo dos dez anos de existência do plano, mas quando confrontamos com os dados de evasão, reprovação e aprovação, estes números recaem, respectivamente para 2.636; 400; e 3.399, sendo um índice de aproximadamente um quinto dos alunos que ingressaram nos programas. Quadro este que nos desperta para a necessidade de formação continuada dos educadores que estão atuando com estes alunos, metodologias adequadas, incentivo à permanência dos educandos, entre outros aspectos.

Embora a Prefeitura de Goiânia tenha recebido o selo de cidade livre do analfabetismo, em 2014, e o índice de analfabetismo se encontre bem abaixo da média do país, sabe-se, entretanto, que o desafio à minimização dos índices do analfabetismo, passa não apenas pela oferta de vagas, mas pela localização destas pessoas (com recenseamento, identificação da moradia), mobilizar ações para convencê-las da importância do processo de alfabetização e sua continuidade, tomando a EJA como um direito dos sujeitos ao longo da vida, e para tal faz-se necessário articular políticas públicas específicas para o atendimento à modalidade. Vale destacar que o atendimento às pessoas não alfabetizadas na Rede Municipal de Educação de Goiânia não se restringe aos programas de alfabetização, realizado pelo Programa AJA-Expansão desde 2001, mas se realiza também pelas turmas de 1ª séries do Ensino Fundamental da SME de Goiânia.

As políticas, projetos e programas desenvolvidos no período de 2004 a 2013 no âmbito da **Alfabetização** foram: Projeto AJA-Expansão (a partir de 2001)/Brasil Alfabetizado (a partir de 2003); BB Educar (Banco do Brasil); Projeto Vaga Lume (Universidade Estadual de Goiás -UEG); Sesi/Brasil Alfabetizado (Sesi Campinas, Sesi Planalto, Sesi Canaã – a partir de 2009).

Quanto à continuidade da alfabetização nos anos iniciais do **Ensino fundamental**: Projeto de Educação Prisional no batalhão Anhanguera com adolescentes e jovens em medidas socioeducativas (2004 - SME; e a partir de 2005 - Seduc). Penso que seria bom esclarecer; Experiência Pedagógica de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental para Adolescentes, Jovens e Adultos - Projeto AJA (1993 - 2009); EAJA da SME de Goiânia: 1ª a 4ª séries (turmas seriadas ou turmas multisseriadas) e extensões, Projovem; Sesi Campinas, Sesi Planalto, Sesi Canaã; Seduc: Programa Recomeço (até 2002); Programa Fazendo Escola (de 2003 a 2006); 1º segmento do ensino fundamental (Etapa 1 – a partir 2009); Federal: Comissão Nacional de Alfabetização e EJA/ CNAEJA; Apoio financeiro para a constituição da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos e para a implementação da Comissão Estadual de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos.

Demais ações implementadas que se articulam à alfabetização: pela **SME de Goiânia**: a merenda escolar através do Projeto Estudar sem Fome (a partir de 2002); e do Fundeb – a partir de 2006; Coleção Cadernos de EJA (reprodução); Coleção Literatura para Todos (gov. federal); Historiando, Confabulando e Poetizando (reprodução); Cadernos de histórias de Vida (produção); Revista da Nossa Lida História e Arte (2002- 2004 e 2012); Avaliação Diagnóstica (teste de entrada e de saída do Programa AJA-Expansão/PBA, e do nível de desenvolvimento de 1ª a 4ª séries da EAJA); Projeto Boa Visão. Também foram implementadas ações como Participação no Fórum Goiano de EJA; Comissão Nacional de Alfabetização e EJA/CNAEJA (via Fórum Goiano de EJA); Oferta de cursos de formação continuada na modalidade no formato de cursos e formação continuada em serviço (de extensão das instituições de ensino superior - IES, do CEFPE/SME, Seduc); Projeto Revelando Nossa História (2008, 2009); Mostra Pedagógica (2011).

Mediante estas ações e programas implementados e seu alcance junto ao número de analfabetos no município de Goiânia apresentamos as seguintes observações e recomendações para elaboração do próximo Plano Municipal de Educação (PME):

- Manter e ampliar os programas existentes, caminhando para implantação de uma PPE, de alfabetização e continuidade com vistas à elevação da escolaridade na perspectiva do currículo integrado;
- Ampliar articulação entre os governos federal, estadual e municipal para a construção e consolidação de uma PPE de EJA que garanta o acréscimo no número de oferta de vagas e matrículas na alfabetização, 1º e 2º segmento e ensino médio, com a inserção da formação profissional como integrante do currículo;
- Apoiar e incentivar as iniciativas dos estados e municípios para ampliar a oferta de alfabetização para jovens e adultos, com caráter de continuidade;
- O Programa Brasil Alfabetizado está prioritariamente direcionado para municípios e estados, e precisa ser um espaço importante de articulação com o ensino fundamental, garantindo-se a continuidade;
- Incentivar as IES federais a desenvolverem programas de extensão universitária visando à alfabetização de jovens e adultos de sua região, envolvendo estudantes universitários que participariam desses programas como parte de sua formação e de seu currículo escolar;
- Incentivar as IES a desenvolver no currículo escolar dos cursos de formação inicial a EJA; bem como ações de extensão direcionados à modalidade;

- Apoiar ações de formação continuada para a modalidade;
- Financiar a produção/reprodução de materiais didáticos/paradidáticos regionais específicos para a modalidade, para além do Programa Nacional do Livro Didático de EJA – PNLDEJA;
- Estabelecer e ampliar parcerias para o aproveitamento dos espaços ociosos existentes na comunidade, e o aproveitamento do potencial de trabalho comunitário das entidades da sociedade civil, para EJA;
- Fazer a chamada pública e mobilização (cartazes, folders, rádios, TVs, online, carros de som, reuniões nas comunidades, entre outros) dos parceiros e da sociedade civil, com vistas ao convencimento dos educandos da EJA para o processo de alfabetização e continuidade da escolarização; bem como o aproveitamento dos espaços e envolvimento de parceiros no processo de EJA.

Conforme os dados levantados do Censo do IBGE/2010, a população não-alfabetizada, que conta com 15 anos de idade ou mais, era estimada em 3,3% dos habitantes, totalizando 33.955 pessoas; e o percentual de pessoas com 15 anos ou mais que não concluíram os segmentos do ensino fundamental, era de um percentual de 28,5%, totalizando 293.861 e o ensino médio com 252.588 pessoas (19,4%).

Tabela 1 - POPULAÇÃO MAIOR DE 15 ANOS POR FAIXA ETÁRIA E NÍVEL DE ESCOLARIZAÇÃO (EM %)

Faixa etária	Goiânia			
	Sem instrução e EF incompleto	EF completo e EM incompleto	EM completo e ES incompleto	ES completo
15-17	27,8	59,8	9,2	0,1
18-24	13,8	22,0	55,0	8,3
25-29	15,8	15,3	43,7	24,6
30-35	23,2	16,6	36,4	23,4
36-49	30,5	17,2	31,5	20,5
50-65	39,7	14,1	26,1	19,8
> 65 anos	63,5	10,7	14,7	11,0
Total	28,5	19,4	34,3	17,2

Fonte: IBGE (2010).

Os dados do censo/2010 abaixo, não refletem de fato o atendimento na EJA em Goiânia, pois as matrículas na SME, até o ano de 2013, eram informadas como ensino fundamental regular com características adequadas às necessidades e especificidades dos educandos, e projeto próprio aprovado pelo Conselho Municipal de Educação, em conformidade com o art. 04 da LDB, Lei nº 9.394/1996.

Tabela 2 - TAXA DE FREQUÊNCIA À ESCOLA POR FAIXA ETÁRIA E ETAPA/MODALIDADE DE ENSINO

Faixa etária	Goiânia			
	EI	EF	EM	EJA*
< 15	28,5	66,0	3,1	2,4
15-17	-	19,8	67,5	8,1
18-24	-	4,1	17,1	9,4
24-29	-	3,7	11,9	7,9
30-35	-	8,3	10,9	11,5
36-49	-	10,0	14,9	17,2
50-65	-	20,4	18,9	19,9
> 65 anos	-	45,1	8,8	29,6
Total	14,4	38,6	16,6	6,3

Fonte: IBGE (2010). * Alfabetização de jovens e adultos + EJA EF + EJA EM

Comparando os quadros de demanda e atendimento à EJA, efetivamente a educação básica na modalidade deveria atender 47,9% da demanda acima explicitada, no entanto, o que vem sendo atendido é um percentual de 6,3%, sendo que a meta para educação fundamental era alcançar o atendimento de 50%. Outra análise necessária é a percepção visível da queda da matrícula, sobretudo após os 18 anos refletindo uma contradição entre a realidade do envelhecimento da população sem o aumento do capital cultural. Aqui se ressalta a necessidade de organização de seminários e encontros envolvendo os sujeitos educandos da EJA com vistas à discussão e levantamento de possíveis formas de enfrentar o desafio do decréscimo de matrículas neste segmento. Ressalta-se que esta é uma problemática nacional, a ser enfrentada de maneira articulada entre os poderes públicos e demais segmentos envolvidos na luta pela EJA enquanto direito.

Quando buscamos os dados do perfil etário dos alunos da EJA da Educação Básica em âmbito nacional percebemos que a média dos anos iniciais (38 anos) está superior ao daqueles dos anos finais (25 anos), o que nos aponta que a transição entre etapas não está ocorrendo de forma contínua, ou seja: os alunos dos anos iniciais não estão dando continuidade na sua escolarização; os anos iniciais não estão produzindo demanda para os anos finais do ensino fundamental de EJA; e os anos finais do fundamental e o ensino médio de EJA estão recebendo alunos provenientes do ensino regular.

Os quadros abaixo nos permitem analisar a oferta de atendimento da EJA pelas redes municipal, estadual, privada e organização da sociedade civil, o primeiro traz a matrícula nos dois anos antes da vigência do PME (2004), e o segundo apresenta as matrículas recentes no ano de 2013.

Quadro 2 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM GOIÂNIA: DEMANDA E MATRÍCULA 2002

População com 15 anos ou mais.	Universo	Matriculados no Município de Goiânia					Total
		Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Privada		Sesi	
				Conv.	Part.		
Não Alfabetizada	42.303	1.500	4.025	-	-	157	5.682
De 1ª à 4ª série	-	300	445	115	-	-	860

incompleta							
De 5ª à 8ª série incompleta	-	-	7.069	1.183	1.234	-	9.486
De 1ª à 8ª série incompleta	-	300	7.514	1.298	1.234	1.008	11.354

Fonte: Censo Demográfico de 2000 - IBGE; Censo Escolar 2002, Dados Preliminares, SME de Goiânia.

Quadro 3 – EDUCAÇÃO BÁSICA DE ADOLESCENTES, JOVENS E ADULTOS EM GOIÂNIA, 2013

População com 15 anos ou mais:	Universo	Matriculados no Município de Goiânia					
		Rede Mun.	Rede Est.*	Rede Fed.*	Rede Privada	Sesi	Total
Não alfabetizado	33.955	405	-	-		94	499
De 1ª à 4ª série incompleta	254.445	3573	30	-	411	278	3881
De 5ª à 8ª série incompleta		10555	1356	-		842	12753 + 411 = 13.164
Ensino Médio – EJA incompleto	255.192	-	10264	-	1.120*	2387	12651
EJA e Ed. Profis. Fund. (Proeja-FIC)	-	1247**	-	-		-	1247
EJA e Ed. Profissional Médio	-	-	-	472		-	472
Total	543592	15780	11650	472	1531	3601	33.034

Fonte: Censo Escolar 2013 - SME de Goiânia; Secretaria de Estado da Educação de Goiás (SEE), Serviço Social da Indústria - Sesi; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG

Notas:

* Incluso no dado da EJA integrada à Educação Profissional.

** Parceria SME de Goiânia, IFG, FE/UFG no atendimento à EJA e Educação Profissional junto às turmas de Proeja-FIC/Pronatec, no Ensino Fundamental, segundo segmento.

Os dois quadros trazem aspectos relevantes e necessitam reflexões: o primeiro apresenta o universo da demanda somente no âmbito da alfabetização, enquanto o quadro cinco apresenta a demanda do ensino fundamental e do ensino médio. Além dos dados da educação profissional no ensino fundamental e ensino médio integrado à EJA, realidade que no ano 2002 não apresentava oferta na rede municipal, estadual e tampouco na rede federal de educação. Vale trazer a argumentação elaborada no PME (2004, p. 11): "*Cabe registrar que nesse processo de elaboração encontraram-se alguns obstáculos, entre eles a falta de dados estatísticos disponíveis e precisos, tanto em relação à demanda real para os diferentes níveis e modalidades de educação como em relação às esferas que atendem a essa demanda*".

Os números apresentados demonstram que o atendimento em 2002 foi de 11.354 pessoas e em 2013 de 33.034, tomando como parâmetro o espaço de onze anos, a matrícula cresceu praticamente três vezes, no entanto, o universo de 543.592 em 2013, marca o tamanho do desafio que temos, sobretudo reconhecendo que esse universo é a representação dos números aproximados das pessoas no município que não terminaram o ensino fundamental e o ensino médio, sendo, 293.861 e 252.588 pessoas, respectivamente. Por outro lado, pode-se dizer que houve avanço quanto ao registro e disponibilização dos dados do atendimento a EJA em Goiânia, o que favorece a leitura crítica e implantação de políticas coerentes com as necessidades.

O PME (GOIÂNIA, 2004) registra as metas 2, 3 e 10 propostas no ensino fundamental e médio na modalidade:

- 2) Assegurar a oferta de ensino fundamental a adolescentes, jovens e adultos ou de cursos equivalentes às quatro séries iniciais, em cinco anos, para 50%, da população de 15 anos ou mais, que não tenha atingido este nível de escolaridade.
- 3) Assegurar à população situada nos 15 anos ou mais, que tenha

concluído as quatro séries iniciais, a oferta das séries subsequentes do ensino fundamental.

10) Assegurar, a partir do programa nacional, que, em cinco anos, 50% e, em dez anos, 100% das escolas públicas de ensino fundamental e médio, localizadas em bairros caracterizados pela elevada taxa de analfabetismo e baixa escolaridade, ofereçam programas de alfabetização e de educação básica para jovens e adultos, de acordo com as diretrizes curriculares dos respectivos sistemas.

Os números apresentados acima afirmam que não foi possível alcançar as metas previstas. Neste sentido, faz-se necessária uma avaliação aprofundada, envolvendo todas as instituições que desenvolvem a EJA no sentido de avaliar o porquê e como motivar a demanda a acessar as vagas que são oferecidas.

[...] há uma dificuldade real de se colocar Educação de Adolescente Jovens e Adultos como direito na pauta dos próprios jovens e adultos que já passaram pela escola e não veem mais sentido em retornar, a não ser em busca de uma certificação aligeirada, que não corresponde em nada à concepção defendida pelos fóruns de EJA. (MACHADO, 2009, p.34).

Portanto, só assegurar a oferta não é suficiente é necessário um esforço coletivo para que estes jovens e adultos reconheçam a EJA como direito e se vejam nas propostas desenvolvidas.

A meta 16 - “Associar ao ensino fundamental e médio oferecido para jovens e adultos, sempre que possível, à oferta de cursos básicos de formação profissional.” (PME, 2004, p. 31), ainda que seja de forma bastante tímida, podemos dizer que parcialmente foi atendida.

Nesse cenário é preciso reconhecer o estímulo do governo federal, a partir da primeira gestão do governo Lula ao processo de integração entre EJA e Educação Profissional (EP) que se inicia com a Portaria 2.080/05, de 13 de julho de 2005, a qual designava aos Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Federais e Escolas Agrotécnicas vinculadas às Universidades Federais a oferta de cursos da EP na forma integrada ao ensino médio na modalidade de EJA. (BRASIL, 2007)

Com o Decreto nº 5.478 de 24 de junho de 2005, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja foi criado. Depois de acirrados debates, houve a promulgação do Decreto nº 5.840 de 13/07/2006, que ampliava a oportunidade de oferta de cursos nos sistemas estaduais, municipais e entidades nacionais de serviço social, propiciando a integração dos cursos de formação inicial no ensino fundamental na modalidade de EJA, o que resultou na criação do Proeja, na Formação Inicial e continuada (Proeja-FIC). (BRASIL, 2007)

Dessa forma, tanto a Rede Municipal e Estadual de Educação, quanto o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), passaram a oferecer EJA integrada à educação profissional. Diversas e diferentes foram as dificuldades no IFG e na SME, desde a implantação (resistência ao decreto, burocracia, resistência quanto ao desenvolvimento do projeto, formação continuada, entre outros), até a busca pelos educandos e a garantia da continuidade dos mesmos nos cursos, mas, ainda assim, o processo foi iniciado e vem sendo avaliado o que já representa avanços.

A meta 21 – “Articular as políticas de educação de jovens e adultos com as de proteção contra o desemprego e de geração de empregos, promovendo, junto às escolas, estudos e discussões que abordem a questão do cooperativismo e da educação para o mundo do trabalho” –, também vem sendo buscada. Não se pode dizer que ela está sendo cumprida, mas, em algumas experiências alternativas as temáticas da economia solidária, desenvolvimento sustentável e da produção por meio de cooperativas, são conteúdos que têm permeado o currículo integrado e a discussão do mundo do trabalho em algumas escolas da rede

municipal. Faz-se necessário um envolvimento de fato com as organizações e movimentos que legitimam essas ações, promovendo o antigo ensino de buscar a intersetorialidade, considerada imprescindível para EJA. Estas iniciativas têm sido mais das escolas do que das secretarias. Neste aspecto aponta-se a necessidade de articulação pelas instituições de parcerias entre Universidades, Secretaria de Economia Solidária, movimentos sociais etc. que possam contribuir na formação dos professores e educandos com vistas à construção de alternativas ao desenvolvimento econômico e social capitalista.

QUADRO 4 – RENDIMENTO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL (1ª A 8ª SÉRIES/ ETAPA 1 - 2) NA MODALIDADE EJA NO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, 2004-2013

ANO	Municipal					Estadual					Sesi*					Privada
	Matri- cula	Transf	Eva- são	Rep.	Apr.	Matri- cula	Transf	Eva- são	Rep.	Apr.	Matri- cula	Transf	Eva- são	Rep.	Apr.	
2004	26104	1824	11887	2599	9794	**	**	**	**	**	704	-	-	-	-	602
2005	25133	1756	12094	2524	8759	9831	255	3092	852	5615	506	-	-	-	-	309
2006	20316	1192	9028	2219	7877	9388	344	3016	957	5046	391	-	-	-	-	83
2007	18479	1168	8298	1961	7052	7009	291	2368	858	3478	212	-	-	-	-	36
2008	18242	1255	8535	1844	11653	5913	234	1852	637	3175	238	-	-	-	-	0
2009	16941	1209	7441	1595	6696	4063	222	595	2845	401	1349	2	247	62	397	0
2010	15983	1177	6867	1785	6154	3409	219	500	2159	531	1779	-	190	210	755	22
2011	13240	960	4886	1188	6206	2916	353	666	1432	465	1362	1	221	148	711	27
2012	15149	1605	3616	940	8988	1904	429	685	423	367	993	-	215	109	415	20
2013	13176	1063	3332	938	7845	1386	189	265	674	258	1120	-	167	214	467	411
Total	182763	13209	75984	17593	81024	45819	2536	13039	10837	1933	8654	3	1040	743	2745	1510

Fonte: Dados de rendimento escolar da SME de Goiânia e da SEE (Sistema de Informações Gerenciais – IGE, NUTE), Sesi e IFG. **Notas:** A rede federal não ofereceu atendimento de 1ª a 8ª séries, na primeira etapa da modalidade, mas o IFG fez parceria com a SME de Goiânia no atendimento à EJA integrada à Educação Profissional, junto às turmas de Projeja-FIC/Pronatec, no Ensino Fundamental, segundo segmento.

* Os dados do Sesi apresentam a informação em andamento nos respectivos anos: 2009 (319); 2010 (280); 2011 (190); 2012 (212); 2013 (234)

** Dado não informado pela Seduc.

Conforme os dados apresentados pelo MEC/INEP/DEED de 2007 a 2012 houve uma queda na matrícula da EJA com muita intensidade no Brasil inteiro. Em 2007 o dado revelou 4.985.338 de matrículas na modalidade na educação básica, e em 2012 caiu para 3.906.877. O mesmo acontece, se verificarmos no quadro 6, acima, aqui em Goiânia, uma queda considerável nas matrículas do ensino fundamental. A Rede Municipal apresentou em 2004 a matrícula de 26.104 e em 2013 de 13.176, diante disso pode-se afirmar que caiu pela metade o atendimento dessa modalidade. O estado também apresentou o mesmo quadro. Porém, conforme determinação da LDB, Lei nº 9.394/1996, a competência da oferta do ensino fundamental ficou sob a responsabilidade do município, em regime de colaboração, e o estado por atender o ensino médio. Nesse sentido, a queda da matrícula poderia ser justificada em função dessa articulação, ainda assim, teria que reverter a queda da matrícula, para aumentar o atendimento no município, o que não aconteceu.

O Sesi e a rede privada também apresentaram um tímido atendimento no curso destes 10 anos. Apresentaram oscilações nos números das matrículas, sobretudo a rede privada que em 2012 atendeu apenas 20 educandos. As oscilações do Sesi foram para um maior atendimento, como no caso de 2010, que obteve o número de matrícula de 1779 e com uma boa aprovação.

O que se percebe é que o sistema educacional não está conseguindo atrair os jovens e adultos para o processo de escolarização. Esta questão precisa ser discutida em estudos que façam uma análise crítica dos diversos fatores que têm interferido nesta queda. Apesar dos avanços, ainda existem dificuldades no que tange aos dados relativos ao atendimento da EJA uma vez que, existe fragmentação de programas tais como Projovem, Proeja, Pronatec desenvolvidos por algumas instituições que não constam no quadro de atendimento e/ou foram atendidos (Vaga Lume e Escreve Goiás) e não localizamos registro dos mesmos.

Os índices de transferência, evasão e reprovação também diminuíram acompanhando a queda da matrícula, mas ainda vale refletir sobre as reprovações, as quais revelam um grande desafio, pois acomete mais uma vez a questão do direito. Importante observar que as taxas de reprovação oscilam entre as redes o que pode estar relacionado às formas de organização do atendimento, investimento na formação continuada, etc. Reafirma-se portanto a necessidade de diálogo entre as instituições com vista a melhor forma de atender jovens e adultos como sujeitos de direito. Os sujeitos educandos dessa modalidade vivem as mais duras condições e agressões aos seus direitos, embora no campo legislativo (Constituição Federal de 1988, LDB 9.394/1996, Diretrizes curriculares) já esteja assegurado o direito ao acesso e continuidade a escolarização, muito, ainda precisa ser feito no âmbito pedagógico para que mais uma vez esse direito não seja negado.

QUADRO 5 – RENDIMENTO ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO NA MODALIDADE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, 2004-2013

Ano	Estadual					Federal *					Sesi**					Privada***
	Matrícula	Transf	Evasão	Rep.	Apr.	Matrícula	Transf	Evasão	Rep.	Apr.	Matrícula	Transf	Evasão	Rep.	Apr.	
2004	****	****	****	****	****	-	-	-	-	-	302	-	-	-	-	-
2005	26340	****	****	2623	22920	-	-	-	-	-	336	-	-	-	-	-
2006	22731	****	****	1596	15202	29	0	0	12	17	388	-	-	-	-	-
2007	18197	****	****	1443	11278	130	0	14	32	83	223	-	-	-	-	345
2008	19268	****	****	1903	12786	192	1	3	31	153	283	-	-	-	-	507
2009	15126	146	1922	10254	2804	273	0	23	43	195	2092	1	539	183	1221	222
2010	14336	246	2189	8777	3124	302	1	21	29	221	2455	-	432	401	1267	34
2011	12972	473	2683	7033	2783	311	0	25	31	242	2443	2	661	309	1158	247
2012	11045	496	2489	5482	2578	311	0	30	19	246	2312	13	686	267	1124	220
2013	10264	307	1772	5760	2425	474	0	28	76	357	2387	1	367	366	1336	1120
Total	150279	1668	11055	44871	75900	2022	2	144	273	1514	13221	17	2685	1526	6106	2635

Fonte: Dados de rendimento escolar da Secretaria Estadual de Educação (Sistema de Informações Gerenciais – IGE, NUTE), Sesi e IFG (Diretoria de Administração Acadêmica).

Notas:

*Proeja: 2007/2 -1 aluno trancado; 2008/1 -1 aluno trancado; 2008/2 - 3 alunos trancados; 2009/1 - 6 alunos trancados e 1 matriculado; 2009/2 - 4 alunos trancados e 1 matriculado (M); 2010/1 - 17 trancados, 4 Matriculados e 1 em aberto; 2010/2 - 4 trancados, 3 matriculados, 1 transferência externa e 1 em aberto; 2011/1 - 9 trancados e 1 matriculado; 2011/2 - 3 trancados; 2012/1 - 4 trancados; 2012/2 - trancado 10, transferência externa 1 e matriculado 1; 2013/1- 4 trancados; 2013/2 - 8 trancados e 1 matriculado.

** Os dados do Sesi apresentam a informação em andamento nos respectivos anos: 2009 (148); 2010 (355); 2011 (313); 2012 (222); 2013 (317).

***Dados do censo Escolar obtidos junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira:

Ide.mec.gov.br/2014/municipios/relatório/coibge/5208707

**** Dado não informado pela Seduc.

Em Goiânia, a queda da matrícula no ensino médio apresentou um quadro mais grave do que no âmbito nacional, conforme dados apresentados pelo MEC/INEP/DEED de 2007 a 2012. Em 2007 o Brasil apresentou o índice de matrícula na modalidade de EJA, ensino médio de 1.618.306 e em 2012 de 1.345.364, uma queda de -1,4%. A Rede Estadual de Goiás, em 2005, atendeu a matrícula de 26.340 e em 2013 caiu para 10.264, uma queda de mais da metade em 10 anos. O índice de reprovação e evasão também

é alto, merece reflexão e tomada de decisão e revela o descumprimento do estabelecido no PME (2004).

A rede federal a partir de 2005, conforme já comentado acima, após os decretos 5.840 /2005 e o 5.478/2006, passou a atender à EJA e tem mantido e até mesmo ampliado a matrícula, apresentando uma evasão abaixo do índice nacional, bem como uma boa aprovação. O Sesi também, conforme apresentou o quadro acima, conseguiu fazer um bom atendimento no ensino médio. Contudo, nos âmbitos da Rede Estadual de Goiás e no Sesi, percebe-se altos índices de evasão e reprovação, que traduzem a necessidade de rever o fazer pedagógico, currículo, processo avaliativo, relações interpessoais travadas na sala de aula, bem como o constante estímulo a permanência e conclusão com êxito dos educandos na modalidade.

Os projetos e os programas que se apresentam como articulação ao atendimento à EJA no município, estado, IFG e Sesi, são projetos pedagógicos e também de assistência estudantil na expectativa de assegurar a inserção e também a continuidade dos educandos para concluírem com êxito sua formação escolar: Projeto AJA (Alfabetização de Jovens e Adultos) e EAJA - SME; Programa Recomeço (até 2002), Programa Fazendo Escola (de 2003 a 2006), 2º e 3º segmento (etapa 2 e 3) - Seduc e Sesi; Projeto Estudar sem Fome (SME – a partir de 2002); Projovem (2005-2013); Proeja (a partir de 2005); Proeja-FIC (a partir de 2010). Outras ações também apresentam o mesmo objetivo de assegurar o atendimento à EJA: produção de material didático (Coleção Cadernos de EJA – (re)produção; Coleção Literatura para Todos (gov. federal); Historiando, Confabulando e Poetizando (reprodução); Cadernos de histórias de Vida-produção); publicação e divulgação de relatos de experiências (Revista da Nossa Lida História e Arte - 2002,2003, 2004 e 2012); avaliação diagnóstica (teste de entrada e de saída para os alfabetizandos da EAJA e diagnóstico do nível de desenvolvimento de 5ª a 8ª séries); parcerias interinstitucionais e/ou intersetoriais (Projeto Boa Visão, festcine, cinema na escola e escola no cinema, entre outros); participação no Fórum Goiano de EJA; Comissão Nacional de Alfabetização e EJA/CNAEJA (via Fórum Goiano de EJA).

As observações e recomendações a seguir, marcam o compromisso dos envolvidos com a defesa da EJA (gestores, profissionais da educação, pesquisadores, educadores, educandos, movimentos da sociedade civil, entre outros) e conclama toda sociedade para assumir também a responsabilidade com o direito à educação da modalidade para: manter e ampliar os programas existentes; apoiar e incentivar as iniciativas dos estados e municípios para ampliar a oferta de alfabetização para jovens e adultos; incentivar as IES federais a desenvolverem programas de extensão universitária visando à alfabetização de jovens e adultos de sua região, envolvendo estudantes universitários que participariam desses programas como parte de sua formação e de seu currículo escolar; propor revisão dos currículos para aproximá-los do mundo do trabalho; adotar estratégias pedagógicas adequadas às faixas etárias da EJA, em especial de 15 a 17 anos; inclusão de profissionalização para esse grupo social; promover estudos para identificar onde melhor se situariam os adolescentes de 15 a 17 anos, se na EJA ou no Ensino Regular.

Formação Inicial e Continuada.

Destacamos do PME (GOIÂNIA, 2004) as metas referentes à formação inicial e continuada de professores, bem como o fortalecimento da modalidade:

7) Assegurar, até o final da vigência deste plano, a formação continuada específica dos professores, qualificando-os, conforme exigências legais previstas na LDB, para o trabalho com adolescentes, jovens e adultos que se encontram no Ensino Fundamental.

8) Desenvolver ações para que seja incorporado o tema EJA aos currículos dos cursos de licenciatura
12) Reestruturar e fortalecer, imediatamente, nas secretarias estadual e municipal, os setores próprios incumbidos de promover a Educação de Jovens e Adultos, em regime de colaboração.

13) Fortalecer e ampliar, durante todo o período de vigência deste plano, parcerias com entidades educacionais, visando à concessão de créditos curriculares ou horas complementares aos estudantes de educação superior e de cursos de formação de professores, em nível médio, que participarem de programas de Educação de Jovens e Adultos.

24) Articular políticas públicas para incluir, a partir da aprovação do Plano Municipal de Educação, a Educação de Jovens e Adultos nas formas de financiamento da Educação Básica e ampliar sua participação nos percentuais que excedem aos estipulados pela Constituição Federal Brasileira, em seu artigo 212, como forma de garantir verbas específicas aos programas de EJA do Município.

Assistimos à iniciativa de alguns governos municipais e estaduais no sentido de promover ações de formação continuada de professores e do incentivo à produção de material didático voltado para o público jovem e adulto.

A formação continuada na modalidade tem sido desenvolvida em formato de cursos, seminários, simpósios e em serviço (CEFPE, Seduc, Sesi, extensão das IES); e da pós-graduação:

- **SME de Goiânia** - ações desenvolvidas pelo Centro de Formação do Profissionais da Educação (CEFPE): em **2004**: cinco ações envolvendo professores a EAJA (Escola Pública: sujeitos, princípios e prática; Programa EAJA – AJA Expansão; EAJA na Escola Pública: sujeitos, princípios e práticas – 2ª Edição; EAJA: Políticas, Sujeitos e Práticas; GTE: O trabalho pedagógico na EAJA); em **2005** não foram oferecidos cursos de formação direcionados à EJA; em **2006** houve cinco ações formativas para professores (O ensino de matemática na EAJA; (Re)pensar a prática na Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos no Projeto AJA de Goiânia; Dinamizando a Prática na EAJA; GTE Ressignificando o currículo na Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos – EAJA; I Colóquio de Formação de Professores na EAJA) e duas ações em parceria com o Fórum Goiano de EJA envolvendo alunos, professores, gestores e coordenadores (IV Encontro Temático do Fórum Goiano de EJA - “Leitura e escrita na EAJA” (22/11/2006); V Encontro Estadual do Fórum Goiano de EJA e feira da aprendizagem (28/04/2006 e 29/04/2006); em **2007** foram efetivadas três ações formativas desenvolvidas pelo CEFPE para professores, coordenadores e diretores da EJA (GTE: O trabalho pedagógico na EAJA – 2ª edição; GTE Ressignificando o currículo na Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos – EAJA – 2ª edição; Repensando algumas práticas e usos da língua portuguesa na EAJA); em **2008** houve três ações formativas desenvolvidas pelo CEFPE para professores (Dinamizando a prática pedagógica na EAJA; GTE: O trabalho pedagógico na EAJA – 3ª edição; O trabalho pedagógico na organização alternativa da EAJA; GTE Ressignificando o currículo na Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos – EAJA – 3ª edição; GTE Coordenadores pedagógicos da EAJA); em **2009** foram três ações formativas desenvolvidas pelo CEFPE para professores nos 8 cursos ofertados (GTE: O trabalho pedagógico na EAJA – 4ª edição; O trabalho pedagógico na organização alternativa da EAJA – 2ª edição; GTE Ressignificando o currículo na EAJA – 4ª edição; A proposta da Educação Fundamental de Adolescentes, Jovens e Adultos e o papel dos coordenadores pedagógicos; Dinamizando a prática pedagógica na EAJA – 2ª edição; Alfabetização e letramento na educação fundamental de adolescentes, jovens e adultos; Ciclo de debates: “Repensar a EAJA no município de Goiânia”; PIC - Programa de

integração curricular: alfabetização/leitura e escrita, língua portuguesa e matemática na EAJA); **em 2010** foram ofertados 4 cursos para formação de professores (Dinamizando a prática pedagógica na EAJA – 3ª edição; Alfabetização e letramento na educação fundamental de adolescentes, jovens e adultos – 2ª edição; Ciclo de debates: “Alfabetização e letramento na EAJA”; PIC Programa de integração curricular: alfabetização/leitura e escrita, língua portuguesa e matemática na EAJA – 2ª edição; Interação – Desafios e perspectivas na EAJA); **em 2011** a formação continuada restringiu a dois cursos oferecidos, direcionados à EJA (GTE Planejamento e organização do trabalho pedagógico na EAJA; Interação – Desafios e perspectivas na EAJA – 2ª edição); **em 2012** foram ofertados para formação continuada dos professores 3 cursos e o simpósio (GTE Planejamento e organização do trabalho pedagógico na EAJA – 2ª edição; Interação – Desafios e perspectivas na EAJA – 3ª edição; Direitos sociais e relações humanas; Educação, diversidade e cidadania; I Simpósio de Educação Fundamental de Adolescentes, Jovens e Adultos); **em 2013** foram disponibilizados para os professores 4 cursos e o simpósio (GTE Planejamento e organização do trabalho pedagógico na EAJA – 3ª edição; Leitura e escrita - Desafios e perspectivas da prática docente – primeiro segmento; Educação, diversidade e cidadania; Direitos sociais e relações humanas; II Simpósio de Educação Fundamental de Adolescentes, Jovens e Adultos); **em 2014**, 3 cursos foram oferecidos e o simpósio (GTE Planejamento e organização do trabalho pedagógico na EAJA – 4ª edição; GTE Apoios – “O currículo em debate”; GTE O currículo em debate: leitura e escrita nas diversas áreas do conhecimento; III Simpósio de Educação Fundamental de Adolescentes, Jovens e Adultos - “O currículo em debate”). No ano de 2010 quando iniciou a primeira experiência do Proeja-FIC na Escola Municipal Novo Mundo, conforme o Projeto Pedagógico do Curso do Proeja-FIC, a formação continuada dos professores promovida na **parceria IFG, SME, UFG e Fórum Goiano de EJA** teve o objetivo de promover discussões que permitissem aos educadores, o conhecimento do universo jovem e adulto, de sua cultura e as possibilidades de inserção no mundo do trabalho, bem como assegurar momentos de reflexões sobre a relação teoria e prática e a construção do currículo integrado. A formação objetivou, também, possibilitar momentos para elaboração de material didático que pudesse contemplar a integração do currículo. A carga horária total prevista foi de 120 horas, sendo que 40 horas foram oferecidas no início do Curso de Formação Continuada/Capacitação dos Formadores/Proeja-FIC. A forma de oferta assegurava a cada encontro 10 horas, sendo 8 horas presenciais e 2 horas de atividades complementares com intervenção no processo, e o curso durou quatro meses. As vagas disponibilizadas foram 30 no total, 25 para os profissionais do município e estado e 5 para os profissionais do IFG. A divulgação do mesmo foi realizada tanto pela SME, quanto pelo IFG, e obtivemos 27 inscrições, destas 22 do município de Goiânia, 5 do IFG. Com a continuidade e ampliação da experiência tem sido realizada a formação continuada em serviço in lócus nas 10 escolas do Proeja FIC e Proeja-FIC/Pronatec, com carga horária de 180h, para os formadores, professores, coordenadores, diretores, apoios e demais profissionais, promovida em parceria **SME/UFG/IFG/Fórum Goiano de EJA** no período de 2013 a 2014, totalizando 177 certificados anuais expedidos pela Grupo de Estudos de Adolescentes, Jovens e Adultos (Geaja), da Faculdade de Educação/UFG, para aqueles que atingiram 75% ou mais de frequência, na formação continuada e 73

declarações para aqueles que participaram da formação mas não atingiram este percentual. Ainda que o CEFPE tenha disponibilizado o número de vagas ofertadas, sabemos que nem todas foram preenchidas, e os números apontam que nem todos os professores foram atingidos por esta formação, o que significa que a formação continuada deve ser um objeto contínuo do poder público municipal, sobretudo para contemplar as demandas já inseridas nas escolas, assegurando a formação em serviço, no diálogo teórico-prático, sendo viabilizado, por meio da estrutura que a SME possui, qual seja: a figura do apoio pedagógico atuando como um dos formadores junto às escolas atendidas, bem como o Coordenador Pedagógico de cada escola, perpassando tanto os momentos coletivos de planejamento e estudo, já instituídos na Rede Municipal, e o CEFPE em parceria com universidades, Fórum Goiano de EJA e outras instituições, subsidiando por meio da formação estes profissionais.

- **IFG:** cursos de Especialização em Proeja, ofertado entre 2007 e 2008, com 105 vagas distribuídas em três turmas de especialização, sendo uma no Cefet-GO, Unidade de Jataí, e duas em Goiânia (na Faculdade de Educação da UFG e no Cefet-GO, Unidade de Goiânia) desenvolvido na parceria IFG/UFG e IFG/UFGM (1 turma) aos profissionais do IFG, Seduc e SME de Goiânia; Cursos de formação continuada em serviço do Proeja (3 cursos); os Cursos de licenciatura contêm disciplina de EJA obrigatória (32h);

- **Seduc:** cursos de formação continuada aos gestores e coordenadores, professores da EJA em prisões;

- **Fórum Goiano de EJA:** encontros temáticos; encontro estadual (anual); encontro regional e nacional; encontros em parceria com os Fóruns Regionais de EJA; formação continuada em serviço aos professores do Proeja-FIC/Pronatec em parceria com a UFG, IFG e SME de Goiânia;

- **UFG:** formação continuada na Pedagogia (disciplinas de núcleo livre: Educação de Jovens e Adultos (64h – disciplina ofertada desde 2008); Educação de Jovens e Adultos: metodologia de projeto de ensino aprendizagem e de tema gerador (32h - disciplina ofertada desde 2011); Educação de Jovens e Adultos: processo de ensino e aprendizagem (32h – disciplina ofertada desde 2011); Fundamento e metodologia de Matemática em Educação de Jovens e Adultos (64h); Educação e Ruralidades (com foco na EJA) – 64h; Políticas Educacionais e o fracasso escolar (64); Trabalho, Educação e Juventude (64h); Paulo Freire: “educação e atualidade brasileira” (64h); Grupo de Estudos de Educação de Jovens e Adultos – Geaja (desde 1996) e atualmente está desenvolvendo a formação continuada dos profissionais que atuam no Proeja-FIC/Pronatec (com 180h anuais); Projeto de pesquisa Capes/Obeduc coordenado pela UFG em parceria com a SME e IFG, entre outras ações desenvolvidas pelas demais licenciaturas;

- **Governo Federal:** Programa Formação para a Diversidade e Cidadania; Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica (Rede), 2003; Programa de Formação de Professores em Exercício (Proformação); Seminário Nacional sobre Formação de Educadores de Jovens e Adultos (2006); Programa Fazendo Escola (de 2003 a 2006); Coleção Trabalhando com Educação de Jovens e Adultos; Capes da Educação Básica; Coleção Literatura para Todos; Manual do Alfabetizador, disponibilizado por meio do Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA) que a partir de 2013 foi incorporado pelo Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD-EJA). Resoluções 048 e 050 de 2008: disponibilização de recursos para a oferta de cursos

de formação continuada na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos no formato de cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização e, também, para os alfabetizadores e coordenadores de turma do Programa Brasil Alfabetizado.

Mesmo que várias ações tenham sido implementadas pelas instituições que atuam com a EJA no município de Goiânia (secretarias, instituições de ensino superior, Fórum Goiano de EJA e Fórum Regional Metropolitano de EJA, Organizações da Sociedade Civil – Sesi), muito precisa ser ampliado, haja vista que apesar dos avanços no âmbito da inserção da EJA como disciplina obrigatória nas licenciaturas (IFG, PUC Goiás), ainda não está presente como tal nos cursos de Pedagogia e demais licenciaturas da UFG, apenas como disciplina optativa ou estágio dos cursos noturnos. Questões como a juvenilização da EJA e relações geracionais são desafios que se fazem presentes nas falas dos profissionais que atendem a EJA, no entanto, não se percebe pelos títulos dos cursos, discussões que tratem deste universo, ou seja, que priorize estudos e discussões sobre as culturas juvenis.

Mediante os dados levantados acima sobre a formação dos profissionais que atuam na EJA apontamos como observações e recomendações na elaboração do próximo PME:

- Manter e ampliar a oferta de formação continuada para alfabetizadores e profissionais da educação básica para jovens e adultos, com caráter de continuidade e enquanto política pública de estado;
 - Promover formações obrigatórias em serviço: no início de cada semestre, com ao menos uma semana de formação seguida de planejamento orientado pelas instituições responsáveis; formação continuada semanal e/ou quinzenal coletiva nas escolas (grupos de estudo, planejamentos, etc.), com vistas a possibilitar a mudança de postura por parte dos profissionais e subsidiá-los para a assunção de um trabalho comprometido, crítico, que favoreça a formação de conceitos e com qualidade social;
 - Ampliar a participação na formação continuada por meio de simpósios; seminários; trocas de experiências entre escolas, (sub)secretarias/secretarias/Unidades Regionais; possibilitando o acesso a novas formas de trabalho pedagógico e referenciais;
 - Promover a formação continuada específica para as salas multisseriadas e prisionais, com metodologias que contribuam para a permanência dos alunos, convencendo-os a cada dia da importância do seu retorno à sala de aula;
 - Incentivar as IES federais a desenvolverem programas de extensão universitária visando à EJA de sua região, como parte de sua formação e do currículo escolar.
 - Incluir no desenvolvimento da Política Nacional de Formação de Professores (PNFP):
 - a. o tema EJA no currículo da formação de todos os licenciados (licenciatura em Pedagogia e nas demais áreas e disciplinas);
 - b. programas específicos para formação continuada de docentes que atuam na EJA;
 - c. programas específicos para formação continuada dos docentes que atuam no ensino regular, com adolescentes de 15 a 17 anos;
 - d. incentivo à formação pós-graduada (lato e stricto sensu) voltada para EJA.
- Incentivar as IES a desenvolver no currículo escolar dos cursos de formação inicial a educação de jovens e adultos;
- Inserir na formação inicial e continuada a discussão sobre a educação profissional como integrante do currículo básico desses jovens e adultos;
 - Proporcionar formação que adote estratégias pedagógicas adequadas às faixas etárias da adolescência, juventude, adulta e 3ª idade, para o atendimento daqueles que se encontram fora da escola, sem conclusão dos níveis fundamental e médio, bem como a inclusão de profissionalização para esse grupo social;
 - Promover estudos, pesquisas e formação inicial e continuada sobre o atendimento aos adolescentes de 15 a 17 anos na EJA e as questões geracionais;
 - Promover formação continuada que considere na educação de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, seja para alfabetizadores e sua continuidade na educação básica, contemplando inclusive o

acesso às tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiências dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas, garantindo a aprendizagem ao longo da vida;

- Assegurar a oferta da formação continuada em serviço e para além dela, aos profissionais da EJA nas etapas de ensino fundamental e médio, que atendem às pessoas privadas de liberdade, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e a implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração;
- Apoiar ações de formação continuada para a modalidade e no caso dos profissionais que atuam na educação prisional, envolver na formação também os gestores e agentes;
- Promover estudos e formação continuada aos profissionais (educadores/professores, diretoras/es e coordenadoras/es sobre os sujeitos da EJA e o conhecimento das necessidades e interesses dos educandos e da realidade social, para a construção coletiva de currículos que atendam suas necessidades e demandas;
- Discutir e socializar propostas curriculares que atendam às especificidades da Educação de Jovens e Adultos de nível fundamental e médio, considerando-se a especificidade dos sujeitos da modalidade, interesses e demandas locais;
- Articular intersetorialmente as políticas de Educação de Jovens e Adultos com as culturais, e estabelecendo parcerias, para que educandos, educadores/profissionais da EJA sejam beneficiados por ações que permitam o acesso à expressão e à produção cultural, em suas diferentes linguagens;
- Proporcionar a formação continuada dos profissionais da EJA com vistas à subsidiá-las na produção/reprodução de materiais didáticos/paradidáticos regionais específicos para a modalidade, incentivando a criação de trabalhos específicos de alunos, professores, sistemas de ensino, instituições e movimentos sociais, a serem publicados, enriquecendo o acervo das bibliotecas e sendo utilizados em sala de aula;
- Garantir na formação inicial e continuada, elementos básicos para a implementação e ampliação da criação de materiais didáticos a elaboração, a avaliação e a socialização de material didático próprio produzido por professores e alunos da alfabetização e Educação Básica, observando as especificidades regionais e, ainda, avaliar e socializar o material didático-pedagógico fornecido pelo Ministério da Educação;
- Estimular as universidades e organizações não-governamentais a oferecer cursos dirigidos à terceira idade;
- Garantir parceria com o Fórum Goiano de EJA e IES para promover ações de formação continuada: encontros temáticos, encontros estaduais/regionais/nacionais etc.

Avaliação do PME 2004, mobilização e financiamento, no que se refere à modalidade EJA:

6) Realizar fóruns e seminários para levantamento, avaliação e divulgação de experiências em Educação de Jovens e Adultos, a partir do primeiro ano deste plano.

10) Assegurar, a partir do segundo e até o sétimo ano deste plano, a realização de censos específicos por região, por níveis de escolaridade/idade, buscando localizar e sensibilizar a população não atendida para a oferta da EJA, de modo a garantir o atendimento da demanda de escolarização, conforme art. 5º, § 1º da LBD.

11) Instituir o ano imediatamente seguinte ao censo específico, assegurado pela meta anterior, como aquele em que será iniciado um programa permanente de sensibilização e convencimento da demanda de EJA mapeada.

20) Realizar fóruns e seminários para avaliação dos programas de EJA, assegurando o cumprimento das metas do PME.

24) Articular políticas públicas para incluir, a partir da aprovação do Plano Municipal de Educação, a Educação de Jovens e Adultos nas formas de financiamento da Educação Básica e ampliar sua participação nos percentuais que excedem aos estipulados pela Constituição Federal Brasileira, em seu artigo 212, como forma de garantir verbas específicas aos programas de EJA do Município. (GOIÂNIA, 2004)

Para a viabilização destas metas relacionadas à avaliação e financiamento da EJA foram promovidas as seguintes políticas, programas e ações: implantação da EJA como modalidade da educação básica,

contando com financiamento do: Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – FMMDE, do Programa de Autonomia Financeira das Instituições Educacionais - PAFIE, repasse de recursos financeiros às instituições educacionais públicas municipais – pela SME de Goiânia; além da utilização dos recursos do Plano de Desenvolvimento Escolar (PDE); Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE; Programa Fazendo Escola (2003-2006); Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb – a partir de 2006); e como forma de avaliação, entre outras ações estão as implementadas pelos fóruns - Fórum Goiano de EJA; Fórum Municipal de Educação.

Em função do acompanhamento destas ações apresentamos como observações e recomendações para a elaboração do próximo PME:

- Manter e ampliar os programas existentes, caminhando para implantação de uma política pública de estado, de elevação da escolaridade na perspectiva do currículo integrado (educação básica e educação profissional);
- Apoio e incentivo financeiro e técnico-administrativo da União às iniciativas dos estados e municípios para ampliar a oferta de 1ª a 8ª séries/1º e 2º segmentos e ensino médio para jovens e adultos, com caráter de continuidade.
- Estabelecer e ampliar parcerias para o aproveitamento dos espaços ociosos existentes na comunidade, e o aproveitamento do potencial de trabalho comunitário das entidades da sociedade civil, para a Educação de Jovens e Adultos;
- Fazer a chamada pública e mobilização (cartazes, folders, rádios, TVs, online, carros de som, reuniões nas comunidades, entre outros) dos parceiros e da sociedade civil, com vistas ao convencimento dos educandos da EJA para o processo de alfabetização e continuidade da escolarização; bem como o aproveitamento dos espaços e envolvimento de parceiros no processo de educação de jovens e adultos;
- Implementar políticas públicas junto ao Fundo Municipal de Educação e Fundeb, para que a Educação de Jovens e Adultos tenha o mesmo valor nas formas de financiamento da Educação Básica e ampliar sua participação nos percentuais que excedem aos estipulados pela Constituição Federal Brasileira, em seu artigo 212, como forma de garantir verbas específicas aos programas de EJA do município;
- Ampliar o índice relativo à EJA no Fundeb;
- Articular a EJA com outros programas e projetos dos demais setores sociais do governo;
- Articular a ampliação da oferta da EJA nos sistemas de ensino, estadual e municipal;
- Financiar a adequação da rede física para o atendimento da EJA integrada à Educação profissional;
- Assegurar recursos do Tesouro e da Assistência Social para programas de renda mínima, associados à educação de Jovens e Adultos; recursos da Saúde e Assistência Social para a educação de Jovens e Adultos; recursos destinados à universalização das telecomunicações, à criação de condições de acesso da escola às redes de informática; recursos do Trabalho para a qualificação dos trabalhadores; recursos do Fundo Penitenciário para a educação de presos e egressos;
- Garantir recursos e políticas que assegurem a inclusão dos portadores de necessidades educacionais especiais, inclusive da EJA.

Sabemos que os desafios da EJA são muitos. O primeiro deles é conseguir que os alunos voltem à escola. Após essa conquista, que exige o oferecimento da escola e, às vezes, de salas de aula o mais próximo possível da residência ou local de trabalho (se for o caso, organizar turmas de extensões de uma escola, garantindo-se esta especificidade), vem a luta para que os alunos continuem na escola e prossigam nos estudos até a conclusão da educação básica com êxito. O que requer organização escolar própria, com projetos político-pedagógicos que levem em conta as condições e necessidades dos estudantes trabalhadores, tais como:

- estreita relação das políticas de EJA com as da educação básica regular e as do ensino profissional;
- mudança do currículo para torná-lo mais interessante e adequado à forma como esses estudantes aprendem e constroem seu conhecimento, garantindo, tal como foi aprovado na Conferência Nacional de Educação Básica, a necessidade premente de promover a aproximação dos currículos de EJA com o mundo do trabalho;
- elaboração e sistematização de metodologias e materiais adequados ao trabalho com o público da EJA;
- redefinição do calendário escolar de modo a fazer com que a duração do tempo da aula e sua organização no ano civil estejam de acordo com a especificidade desse público, que, mesmo de forma precária, já ocupa alguma posição no mercado de trabalho;
- reconhecimento das aprendizagens múltiplas que os alunos adquiriram ao longo da vida, consideradas no âmbito dos currículos e das propostas pedagógicas;
- garantia de formação inicial e continuada dos professores, que precisam de conhecimentos específicos sobre essa faixa etária e de condições adequadas de trabalho, para favorecer a inclusão dos alunos no espaço escolar;
- superação do preconceito e discriminação, dentro da sala de aula e da escola, em relação à aprendizagem de pessoas mais velhas e dos jovens ditos “defasados” em relação ao ensino regular;
- expansão da cobertura do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para toda a educação básica, o que inclui a Educação de Jovens e Adultos;
- política de fomento à leitura que contribua para o desenvolvimento da capacidade crítica e para a consolidação da subjetividade, assim como para diminuir o descompasso existente entre escolaridade e acesso a bens culturais, bem como com vistas ao impacto sobre a continuidade da escolarização de jovens, adultos e idosos e, conseqüentemente, sobre o desenvolvimento de suas habilidades de leitura e escrita ao longo do tempo e da garantia do processo de letramento.

A educação de jovens e adultos exige um equacionamento que vá além da perspectiva puramente educacional, fazendo-se necessárias ações intersetoriais, intersecretarias e interministeriais. Nesse sentido, várias têm sido e devem ser as iniciativas do Governo e Sociedade Civil, envolvendo a criação de políticas públicas de Estado, que promovam a oferta da EJA cada vez mais combinada com algum tipo de qualificação profissional e com a preparação para o mundo do trabalho, como sinalizou a Conferência Nacional de Educação Básica (Coneb), com o Programa de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), para um maior alcance da EJA.

A EJA representa a conquista do direito de acesso e permanência na escola daqueles que, pelos mais diversos motivos, não chegaram a frequentá-la na infância ou dela foram excluídos. Constitui, também, a oportunidade de profissionalização básica desses cidadãos, em sua maioria trabalhadores já inseridos no mercado formal ou informal de trabalho, demandando atualização constante em seu campo de atividade e contribuindo, assim, para o pleno direito de exercício de sua cidadania, quer no âmbito da escolarização, quer no da profissionalização. Mas a educação de jovens e adultos não pode minimizar, como tem ocorrido, sua função de proporcionar educação ao longo da vida, que responde às demandas dos sujeitos sociais que precisam estar sintonizados com os avanços da ciência e da tecnologia, num mundo em constantes transformações.

Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 1996.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

_____. **Emenda Constitucional nº 59**. Brasília, 2009.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. 2000.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**. 2010.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED). **Censo Escolar**. 2002- 2013.

_____. Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005. **Instituiu, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA**. Brasília, 24 de junho de 2005.

_____. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Portaria 2.080**. Brasília, MEC, 2005.

_____. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. **Institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos- PROEJA**. In: *Diário Oficial da União*, de 14/07/2006.

_____. MEC, SETEC. **Documento Base do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos**, Brasília, DF, 2007.

DOURADO, Luiz F. **Plano Nacional de Educação como Política de Estado: Antecedentes Históricos, Avaliação e Perspectivas**. In: DOURADO, Luiz F. (org.). **Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas**. Goiânia: Editora UFG; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 17-59.

GOIÂNIA, Fórum Municipal de Educação de. **Plano Municipal de Educação**. 2004

GOIÁS. Secretaria Estadual de Educação. **Dados dos Rendimentos Escolares**. (Sistema de Informações Gerenciais – IGE, NUTE). 2004-2013.

Machado, M. Margarida. A educação de jovens e adultos no Brasil pós Lei 9.394/96: a possibilidade de constituir se como política pública. **Em Aberto**, 2009. v. 22, p. 17-39. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1576/1268>>, acesso em 01/09/2013.